



AValiação EXTERNA DAS ESCOLAS

2021-2022

ESCOLA SECUNDÁRIA DE FELGUEIRAS – FELGUEIRAS

CONTRADITÓRIO

Decorrente da Atividade da Avaliação Externa das Escolas, que se realizou na Escola Secundária de Felgueiras, entre os dias 17 e 24 de março de 2022 e após consulta do Conselho Pedagógico, em reunião realizada a 13 de junho de 2022, e do Conselho Geral, em reunião da comissão permanente, realizada a 15 de junho de 2022, serve o presente documento, para proceder ao exercício do direito ao contraditório.

Tal como foi referido à equipa de Avaliação Externa e como constava do documento de apresentação da Escola enviado à IGEC e da apresentação da Diretora feita à comunidade, o processo de avaliação externa foi sempre perspectivado por todos os membros da comunidade educativa como uma oportunidade da qual se procurou tirar consequências para melhorar o desempenho coletivo.

Os resultados das avaliações externas dos anteriores ciclos avaliativos (2007 e 2012) e as conclusões que daí resultaram acerca da Escola foram da maior importância para a identificação de áreas estratégicas a melhorar e para o desenvolvimento da Escola. Se é certo que em educação nunca nada está concluído e há sempre oportunidades de melhoria, as classificações atribuídas em ambos os momentos referidos não foram ainda as desejáveis, mas mostram claramente uma evolução muito positiva que se esperava, uma vez mais, ver plasmada no Relatório da Avaliação Externa 2021-2022.

Pelas razões que a seguir se enumeram, entende esta comunidade educativa que os resultados propostos nos domínios “PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EDUCATIVO” e “RESULTADOS” não correspondem à expectativa desta unidade orgânica, uma vez que não traduzem a evolução que a Escola Secundária de Felgueiras tem feito nestes domínios e não refletem a qualidade do serviço educativo prestado, amplamente reconhecida pela comunidade educativa.

1. De acordo com o quadro de referência da IGEC relativo ao terceiro ciclo da Avaliação Externa das Escolas, o domínio “Prestação do Serviço Educativo” abrange quatro campos de análise explicitados por um conjunto de referentes e indicadores.
2. **Relativamente ao primeiro campo de análise, “Desenvolvimento e bem-estar das crianças e dos alunos”,** todos os juízos avaliativos formulados no Relatório (p.8) traduzem um predomínio claro de pontos fortes suportados em boas práticas e resultados notáveis e generalizados: “ A escola tem uma **ação consistente** no desenvolvimento da autonomia, da responsabilidade individual e da participação e envolvimento dos alunos na comunidade...”; “ ...uma **diversidade de atividades e projetos abrangentes**, de âmbito local, nacional e internacional, **amplamente consolidados**, que visam o desenvolvimento **integral dos alunos...**”; “Estão incutidos princípios de responsabilidade coletiva **bem** evidenciados...”; “As medidas de apoio e bem estar pessoal e de prevenção de comportamentos de risco estão suportadas por **práticas consistentes**, por um trabalho articulado...”; “É evidente a adequação dos horários dos alunos, facilitando-lhes os tempos de estudo, a prática desportiva e os cursos artísticos especializados”.
3. Embora, como já foi referido, em qualquer escala de avaliação, incluindo a menção máxima, exista possibilidade de melhoria, não existe, neste campo de análise, qualquer referência a áreas de melhoria.
4. **Relativamente ao segundo campo de análise, “Oferta Educativa e Gestão Curricular”,** os juízos avaliativos formulados traduzem um predomínio claro de pontos fortes suportados em boas práticas e resultados notáveis e generalizados: “...**vasta** oferta educativa e formativa, para jovens e adultos, **adequada** aos interesses dos alunos e à necessidades de formação da comunidade envolvente.”; “Para os alunos que necessitam de medidas adicionais de suporte à inclusão e aprendizagem...percursos educativos **ajustados** ...”;...resposta educativa **diferenciada...**”;“**efetivo** acesso de todos os alunos ao currículo e à participação nas atividades escolares...”;“...diversos projetos e atividades visando o aprofundamento das aprendizagens e o desenvolvimento de competências dos alunos...”;“A estratégia de educação para a cidadania integra várias áreas do saber, permitindo aos alunos vivenciar experiências educativas mais ricas e diversificadas”.
5. Neste campo de análise, salienta-se, ainda, a existência nos horários dos docentes de tempos específicos para reuniões de trabalho colaborativo, potenciando a interdisciplinaridade e a articulação curricular e reconhece-se que a partilha de práticas e estratégias pedagógicas é a base da relação de trabalho entre os docentes. O exposto contraria a constatação de que a articulação vertical e horizontal do currículo e as metodologias conducentes ao desenvolvimento das competências do Perfil dos Alunos não estão ainda generalizadas e consolidadas (p.9).
6. No que à articulação vertical diz respeito, sendo o princípio da continuidade pedagógica um critério prioritário de elaboração de horários do pessoal docente aprovados pelo Conselho Pedagógico, ela acontece forçosamente na obediência a este princípio. A articulação vertical e horizontal do currículo, bem como as metodologias conducentes ao

desenvolvimento das áreas de competência do Perfil dos Alunos acontecem, como é referido no Relatório, ao nível dos departamentos, que reúnem frequentemente, e dos conselhos de turma. Só com esta articulação e trabalho colaborativo efetivo é possível a concretização de projetos de grande fôlego, que convocam saberes de várias disciplinas e metodologias de aprendizagem mais ativas/significativas conducentes ao desenvolvimento das áreas de competências do Perfil dos Alunos, tais como o desenvolvimento de projetos transdisciplinares no âmbito da educação para a cidadania, no âmbito dos projetos Erasmus +, no âmbito das disciplinas anuais de décimo segundo ano dos cursos científico humanísticos, que possibilitam aos nossos alunos a participação em concursos em áreas tão distintas como as ciências, a economia e o empreendedorismo e nos quais, nos últimos anos, os alunos têm conseguido resultados consistentes e de destaque, ou os inúmeros projetos desenvolvidos no âmbito das Provas de Aptidão Profissional dos Cursos Profissionais. Merece ainda referência a articulação horizontal, ao nível do 3ºciclo, no âmbito da disciplina de TIC em que os docentes desenvolvem o currículo da disciplina em articulação com o currículo das restantes disciplinas e que obriga a uma articulação permanente ao nível dos conselhos de turma (medida inscrita no PADDE da escola).

7. Merece também referência o facto de , nos dois campos em análise, não existir qualquer alusão aos diversos selos e certificações obtidos que constam do documento de apresentação da escola e que estão disponíveis no portal *Infoescolas* que traduzem uma validação, por entidades externas, através de padrões de qualidade devidamente certificados, da qualidade dos projetos e do serviço educativo desenvolvido pela Escola em diferentes áreas. Destaca-se, a título de exemplo, a certificação Erasmus +, no domínio do ensino e formação profissional, para os próximos cinco anos, que se conforma a padrões de qualidade devidamente certificados e que valida, através de uma entidade externa, a consistência, inovação, impacto dos projetos desenvolvidos e que configuram a articulação entre os objetivos do Projeto Educativo da escola, o processo de certificação de qualidade dos cursos profissionais EQAVET e os projetos internacionais.
8. **Relativamente ao terceiro campo de análise, “Ensino, aprendizagem e avaliação”**, e no que à interação em sala de aula e adequação do processo ensino aprendizagem às características, aos estilos e aos ritmos de aprendizagem dos alunos diz respeito, mais uma vez, concluímos que existe um predomínio claro de pontos fortes suportados em boas práticas e resultados notáveis e generalizados. Acolhe-se de bom grado a indicação de possibilidades de melhoria que, mais uma vez, se refere que existe em qualquer nível classificatório, a nível dos recursos, privilegiando as metodologias ativas que promovam a metodologia de projeto e a participação de alunos no processo de aprendizagem, embora , como já foi referido no ponto 6 deste contraditório, o uso dessa metodologia seja uma realidade diária. Só assim se justifica a quantidade e qualidade dos projetos, referidos no ponto 6 deste contraditório, em que os alunos se envolvem e a Escola se destaca. Porém, entendemos que é necessário e desejável o equilíbrio entre o uso destas metodologias ativas e outras que não podemos abandonar, nomeadamente

a aula com momentos expositivos ou resolução individual de exercícios e problemas. Pensamos, convictamente, que um equilíbrio no uso de diferentes metodologias garantirá mais e melhores aprendizagens e o desenvolvimento do Perfil dos nossos alunos.

9. No que à avaliação para e das aprendizagens diz respeito, reconhece-se que a Escola tem feito um caminho de reflexão interna no conselho pedagógico e nas diferentes estruturas, tendo por base uma diversidade de práticas e instrumentos de avaliação nas diferentes modalidades e tendo apostado na formação de docentes através do Projeto MAIA-Monitorização, Acompanhamento e Investigação em Avaliação Pedagógica. Desta reflexão conjunta e alargada, resultou um documento interno orientador (RIAP-Referencial Interno para a Avaliação Pedagógica) considerado pela equipa de avaliadores uma caminhada séria e bem construída, sendo este um documento sustentado, sólido onde a avaliação é transparente. No entender desta comunidade educativa, o percurso que tem sido feito em matéria de avaliação pedagógica revela a interiorização de boas práticas, nomeadamente no que diz respeito à utilização da avaliação formativa, ao *feedback* aos alunos e às famílias e à aferição de critérios e de instrumentos de avaliação para a melhoria das aprendizagens. De salientar que nos inquéritos aplicados à comunidade no âmbito desta ação, perante a afirmação “Nas aulas, a avaliação contribui para melhorar o meu trabalho”, mais de 50% dos alunos respondeu “Muitas vezes” e 92,6% dos alunos inquiridos responderam “Muitas vezes/Às, vezes” o que, no nosso entender, revela uma efetiva realização da avaliação formativa e do *feedback* aos alunos para reorientar/melhorar o processo educativo. Também nos inquéritos à comunidade, perante a afirmação “Sou informado sobre as aprendizagens realizadas pelo meu filho”, 92,4% dos encarregados de educação respondeu “Concordo Totalmente/Concordo”, e perante a afirmação “Sou esclarecido sobre as aprendizagens realizadas pelo meu filho”, 92,6% dos encarregados de educação respondeu “Concordo Totalmente/Concordo” o que traduz a aposta no feedback às famílias como fator potenciador do sucesso dos nossos alunos, pois entendemos que só no trabalho sistemático e agregador do triângulo alunos – professores - famílias é possível perspetivar o sucesso escolar. Foi seguindo este princípio que a escola chamou a si a responsabilidade de disponibilizar formação aos encarregados de educação, nomeadamente através da “Academia Digital para Pais”. Neste particular, os avaliadores reconhecem também como ponto forte o empenho da escola em convocar e envolver os pais no sucesso educativo dos seus educandos.
10. Embora os descritores de desempenho constem das rubricas de avaliação (anexos do RIAP), acolhe-se a sugestão de integrar os descritores de desempenho, em consonância com as aprendizagens essenciais e as áreas de competência inscritas no perfil dos alunos, nos critérios de avaliação de todas as disciplinas. No entanto, não se compreende a referência às classificações internas finais atribuídas pela escola aos seus alunos nos cursos científico humanísticos que são consideradas, “em média e predominantemente, mais altas do que as classificações internas atribuídas pelas outras escolas do país a alunos com resultados semelhantes nos exames nacionais” e

imputando este facto à necessidade de fazer uma reflexão cuidada sobre a definição dos critérios de avaliação, respetiva aplicação e aferição.

11. Este ponto exige fazer uma observação à disparidade temporal da informação disponibilizadas pelo portal *Infoescolas* que poderá em muitos casos, tal como no caso em apreço, ser penalizadora para a avaliação das organizações. Quando se refere que as classificações internas finais “*são, em média e predominantemente (em três dos últimos cinco anos), mais altas que as notas internas atribuídas pelas outras escolas do país a alunos com resultados semelhantes nos exames nacionais*” (p.9), esta referência reporta-se aos dados disponíveis no portal *Infoescolas* de 2015 a 2019. Ora **os últimos cinco anos compreendem os anos 2017 a 2021**, e, nos últimos três anos disponíveis ,2017 a 2019, as classificações internas da escola estão **tendencialmente alinhadas** (em dois dos três anos) com as classificações internas atribuídas pelas outras escolas do país a alunos com resultados semelhantes nos exames nacionais. Assim, contrariamente àquilo que é afirmado no Relatório, verifica-se que a reflexão e alterações introduzidas ao nível da avaliação pedagógica estão a produzir resultados notáveis. Assim, poderia ser distorçor introduzir medidas de alteração tendo por base uma sugestão que parte de dados desatualizados (2015/2016) que traduziriam outras práticas. Não podemos deixar de registar que este desfasamento temporal em relação aos dados disponíveis no portal *Infoescolas* não abona a favor de um modelo de avaliação que apresenta nos seus princípios ser útil e rigorosa. Nenhuma organização ou pessoa pode ser avaliada por dados e desempenhos tão desfasados do momento em que ocorre a avaliação.
12. Como última nota muito positiva neste campo de análise, destacam-se os excelentes recursos educativos de que a escola dispõe que estão efetivamente a ser dinamizados em prol dos alunos.
13. Finalmente, no **campo de análise “Planificação e acompanhamento das práticas educativa e letiva”**, é de rejeitar a afirmação de que “A partilha de experiências e estratégias pedagógicas, com vista à melhoria da prática educativa/letiva, é residual e dependente de livre iniciativa.” Entende-se que esta afirmação contraria o que é afirmado no Relatório, no último parágrafo do campo de análise “Oferta Educativa e gestão curricular” (p.9), a saber: “Os horários dos docentes contemplam tempos específicos para reuniões de trabalho colaborativo, uma tarde semanal, potenciando a interdisciplinaridade e a articulação curricular. A partilha de práticas e estratégias pedagógicas é a base da relação de trabalho entre docentes...”.A partilha continuada e regular de práticas e estratégias pedagógicas é a base do trabalho dos docentes e tendo maior visibilidade na concretização dos projetos referidos no ponto 6 deste relatório no desenvolvimento do projeto de promoção do sucesso a Português e a Matemática do 3ºciclo ou nas disciplinas em que existe coadjuvação em sala de aula (componente técnica dos cursos profissionais), ela é transversal a todas as disciplinas e níveis de ensino. De referir, ainda, que nos inquéritos aplicados aos docentes no âmbito desta ação, à afirmação “O trabalho colaborativo entre docentes é efetivo” 86,2 docentes responderam “Concordo Totalmente/Concordo”. Embora se reconheça que esta área

carece de melhoria, não podemos concordar com o juízo menos positivo da afirmação “A partilha de experiências e estratégias pedagógicas, com vista à melhoria da prática educativa/letiva, é residual e dependente de livre iniciativa”.

14. Também não merece concordância a afirmação “A regulação pelas lideranças incide fundamentalmente ao nível dos resultados académicos e da leitura das atas nas diferentes estruturas de organização educativa” (p.10) e entendemos que esta afirmação contradiz o que é afirmado no segundo parágrafo do domínio da Autoavaliação, no campo de análise “Desenvolvimento” (p.6), onde se afirma “ A Escola dispõe de dispositivos setoriais de análise e reflexão que incidem na análise dos resultados académicos e da evolução da disciplina, na monitorização dos diversos projetos, medidas e atividades, identificando algumas estratégias de melhoria que visam o sucesso integral e a inclusão de todos os alunos.” De facto, a regulação das lideranças incide no nível dos resultados académicos e da prática letiva, desde a planificação à avaliação, mas também da disciplina, da monitorização e concretização do Plano Anual de Atividades, dos diversos projetos e das medidas de apoio à aprendizagem. Todos os relatórios setoriais são analisados periodicamente e anualmente nas diferentes estruturas, nomeadamente nas reuniões de departamento, e são fundamentais para a regulação pelas lideranças, para a tomada de decisão e para o desenvolvimento de ações de melhoria.
15. Pelo exposto, e porque os pontos fortes predominam em todos os campos em análise, em resultado de práticas organizacionais consistentes, agregadoras, monitorizadas e reconhecidas, e não obstante, como em qualquer processo, ser ainda possível fazer mais e melhor, o presente relatório não evidencia o percurso de melhoria que a Escola Secundária de Felgueiras tem vindo a realizar nos últimos anos, num esforço coletivo, envolvendo toda a comunidade no domínio “PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EDUCATIVO”, pelo que a classificação que entendemos ser justa e que melhor traduz a visão que a comunidade interna e externa reconhece à ESF é de “MUITO BOM” neste domínio.
16. Pelas razões que a seguir se enumeram, entende esta comunidade educativa que o resultado de BOM proposto no domínio “RESULTADOS” também não correspondeu à expectativa desta unidade orgânica, uma vez que não traduz a evolução e os resultados que a Escola Secundária de Felgueiras tem conseguido neste domínio.
17. De acordo com o quadro de referência da IGEC relativo ao terceiro ciclo da Avaliação Externa das Escolas, o domínio “Resultados” abrange três campos de análise explicitados por um conjunto de referentes e indicadores.
18. **Relativamente ao primeiro campo de análise, “ Resultados Académicos”,** no documento de apresentação da escola foi explicitado o percurso de melhoria que a escola, também neste campo de análise, tem feito nos últimos anos , tendo por base os dados disponíveis no portal *Infoescolas* e os dados internos mais recentes disponibilizados pela Comissão de Avaliação Interna, doravante designada CAI, e que resultaram de ações de melhoria internas centradas nas aprendizagens e nos processos avaliativos que tiveram um forte impacto na melhoria sustentada de resultados

- acadêmicos internos e, por consequência, nos resultados externos a curto e a médio prazo, assim como nas taxas de retenção e abandono, nos diferentes níveis de ensino.
19. Embora não haja no Relatório qualquer referência à taxa de retenção ou desistência dos alunos da escola, considera-se que este é um dado fundamental para a análise dos resultados acadêmicos. Assim, quer considerando os dados disponíveis no portal *Infoescolas* (2015-2016 a 2018-2019), quer os dados mais recentes disponibilizados pela CAI, entende-se que é de valorizar a sua evolução significativa para valores próximos dos 0,0% no 3º ciclo e a sua evolução significativa nos cursos científico-humanísticos mantendo-se sempre significativamente inferior à média nacional.
 20. No 3.º ciclo, no triénio 2016-2017 a 2018-2019, embora a percentagem dos alunos que obteve classificação positiva nas provas nacionais do 9.º ano, após um percurso sem retenções, tenha ficado ligeiramente aquém da média dos alunos do país, nas mesmas circunstâncias e que demonstraram um nível escolar semelhante à entrada neste ciclo, acompanhou, contudo, a tendência de subida da média nacional verificando-se, de acordo com os dados mais recentes disponibilizados pela CAI, uma evolução consistente e sistemática e tendo sido superadas as metas previstas no PE, tendência que se manteve em 2019-2020 e 2021.
 21. No triénio 2016-2017 a 2018-2019, a percentagem de alunos dos cursos científico-humanísticos que obteve classificação positiva nos exames nacionais do 12.º ano, após um percurso sem retenções nos 10.º e 11.º anos, ficou em linha com a média dos alunos do país que tinham um nível escolar semelhante à entrada no ensino secundário, nos dois primeiros anos, e 14% acima da média nacional no ano letivo de 2018-2019. Realça-se, ainda, pela positiva a melhoria significativa da taxa de sucesso no exame nacional da quase totalidade das disciplinas, mas essencialmente nas disciplinas de Física e Química A e Matemática A, médias e taxas de transição, mostrando ação e impacto na superação das situações problemáticas identificadas no relatório da última avaliação externa como áreas a melhorar.
 22. No mesmo triénio 2016-2017 a 2018-2019, a percentagem de alunos que concluíram o ensino profissional em três anos tem vindo sempre a melhorar, numa tendência positiva, tendo superado, no último ano, 2018-2019, a média dos alunos do país que tinham um perfil semelhante à entrada do ensino secundário. Os resultados dos alunos oriundos de contextos socioeconómicos desfavorecidos, de origem imigrante, bem como dos alunos com relatório técnico-pedagógico, programa educativo individual e/ou com plano individual de transição, estão globalmente em linha com os resultados globais da Escola, no último triénio, evidenciando uma tendência de subida. Nos cursos profissionais, considerando os dois últimos ciclos de formação (2016-2019 e 2017-2020), a taxa de conclusão global dos cursos foi de 73,05% e 82,23% respetivamente. Este indicador superou a meta prevista no plano de ação EQAVET ($\geq 70\%$). A taxa de empregabilidade nos mesmos anos foi de 70,87% e 74,78% respetivamente. Este indicador está em linha com a meta prevista no plano de ação EQAVET ($\geq 75\%$).
 23. Embora se reconheça que este é um campo de análise que muito beneficiará do aprofundamento da reflexão na identificação das variáveis internas que para eles

contribuem e potenciando implementação de ações de melhoria centradas nas aprendizagens, considera-se que este é o caminho que tem sido feito, de forma mais consistente e conseqüente desde o triénio em análise (2016-2017 a 2018-2019) até ao momento atual e que não se concorda com a afirmação de que os resultados académicos da Escola revelam oscilações no desempenho dos alunos do 3.º ciclo e dos alunos dos cursos científico-humanísticos do ensino secundário, pois os dados apresentados revelam claramente melhoria sustentada dos resultados académicos.

24. **Relativamente ao segundo campo de análise, " Resultados Sociais",** todos os juízos avaliativos formulados no Relatório (p.11) traduzem um predomínio claro de pontos fortes suportados em boas práticas e resultados notáveis e generalizados, nomeadamente no que diz respeito à boa relação da escola com o meio envolvente, à presença e participação dos alunos nos órgãos e na dinamização de inúmeras atividades e projetos, ao combate ao absentismo e à indisciplina que presentemente são residuais, às taxas de prosseguimento de estudos, às elevadas taxas de empregabilidade para os alunos dos cursos profissionais, sendo residual, nestes cursos, a não conclusão do curso por módulos em atraso, aos bons resultados para os alunos com planos individuais de transição para a vida pós-escolar, concluindo-se que, nestas valências, a Escola tem superado as metas que constam do seu projeto educativo.
25. **Finalmente, no terceiro campo de análise, " Reconhecimento da Comunidade",** todos os juízos avaliativos formulados no Relatório (p.11 e 12) traduzem um predomínio claro de pontos fortes, suportados em boas práticas e resultados notáveis e generalizados, nomeadamente o reconhecimento e valorização da comunidade que vê a Escola como uma mais-valia imprescindível da comunidade, que se reflete no grau de satisfação e na manifesta e forte identificação dos alunos, dos pais e encarregados de educação e do pessoal docente e não docente com a Escola, no reconhecimento através de vários prémios atribuídos aos alunos, interna e externamente, em diversas áreas e no forte reconhecimento dos principais parceiros sociais que relevam o papel formativo da Escola e valorizam o seu importante contributo para a capacitação dos jovens e o desenvolvimento da comunidade envolvente.
26. Pelo exposto, e porque os pontos fortes predominam nos campos em análise do domínio "RESULTADOS", em resultado de práticas organizacionais consistentes, agregadoras, monitorizadas e reconhecidas, e não obstante, como em qualquer processo, ser ainda possível fazer mais e melhor, o presente relatório não evidencia o percurso sustentado de melhoria que a Escola Secundária de Felgueiras tem vindo a realizar nos últimos anos, num esforço coletivo, envolvendo toda a comunidade, pelo que a classificação que entendemos ser justa é de "MUITO BOM" neste domínio.

Em face do anteriormente exposto, considera a Escola Secundária de Felgueiras que deve ser reavaliado o Projeto de Relatório de Avaliação Externa e ajustado em conformidade.

Felgueiras, 20 de junho de 2022

A Diretora